

Lei Nº 1.242 /2017

“Define e Regulamenta os Benefícios Eventuais, no Âmbito da Política Municipal de Assistência Social”.

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica definido e regulamentado a concessão dos benefícios eventuais no âmbito do Município de Angelina, que é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º Os benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias residentes do Município de Angelina, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

§ 1º O benefício eventual deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas, das famílias em situação de vulnerabilidade social.

§ 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual.

§ 3º É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 5º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante parecer social, elaborado por:

I - Assistentes sociais que compõem as equipes de referência dos equipamentos sociais - CRAS, CREAS e de alta complexidade;

II - Assistente Social responsável pela concessão dos benefícios eventuais, vinculado ao órgão gestor.

Art. 3º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, cuja ocorrência provoca riscos ou fragiliza a unidade da família.

Art. 4º O critério de renda mensal *per capita* familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo, e será concedido conforme § 5º do Art. 2º.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal de até 2 (dois) salário mínimo vigente ou *per capita* familiar, a equipe de referência, ou o responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais, terá autonomia para a concessão de benefício, por meio de justificativa por escrito ou parecer social.

§ 2º Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

§ 3º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

§ 4º Os benefícios eventuais na modalidade de ressarcimento deverão ser pagos num prazo máximo de até 60 dias após o requerimento.

Art. 5º São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio natalidade;

II - auxílio funeral;

III - situações de vulnerabilidade temporária;

IV - calamidade pública.

Art. 6º O auxílio natalidade atenderá aos seguintes aspectos:

I - necessidades do recém-nascido;

II - apoio à mãe, nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;

III - apoio à família, no caso de morte da mãe.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

a) Se o benefício for solicitado antes do nascimento, o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

b) Se for após o nascimento, o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

c) No caso de natimorto, deverá apresentar certidão de óbito;

d) Comprovante de residência;

e) Comprovante de renda de todos os membros familiares;

f) Carteira de identidade e CPF do beneficiado;

§ 2º O benefício pode ser solicitado a qualquer, desde que comprovada à gestação até 90 dias após o nascimento.

§ 3º O valor conferido ao auxílio natalidade será pago através do sistema de pagamento utilizado pelo Fundo Municipal de Assistência Social, tendo como parâmetro mínimo $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo nacional e como parâmetro máximo 1 (um) salário mínimo nacional.

Art. 7º O auxílio por morte atenderá:

I - despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II - necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros;

III - ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual, no momento em que este se fez necessário.

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

a) Atestado de óbito;

- b) Comprovante de residência;
- c) Comprovante de renda de todos os membros familiares;
- d) Carteira de identidade e CPF do beneficiado.

§ 2º O auxílio funeral será concedido em até 90 dias após o óbito.

§ 3º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de alta Complexidade, o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou pessoa em situação de rua, a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 5º O valor conferido ao auxílio funeral será pago através do sistema de pagamento utilizado pelo Fundo Municipal de Assistência Social, tendo como parâmetro mínimo $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo nacional e como parâmetro máximo 1 (um) salário mínimo nacional.

Art. 8º A situação de **vulnerabilidade temporária** caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II - perdas: privação de bens e de segurança material;
- III - danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

- I - da falta de alimentação;
- II - da falta de documentação;
- III - da falta de domicílio, quando:

a) da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;
b) da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

- c) de desastres e de calamidade pública;
- d) de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de vulnerabilidade temporária:

- I - comprovante de residência;
- II - comprovante de renda de todos os membros familiares;
- III - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

§ 3º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será concedido em bens materiais ou pecúnia de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do parecer social, podendo ser:

- a) Alimentação, cesta básica ou vale alimentação, para que a família retire diretamente no mercado, de acordo com as suas necessidades;
- b) Vestuário de cama, mesa e banho;
- c) Fotografias para documentos;
- d) Utensílios domésticos;
- e) Passagens rodoviárias (intermunicipal e interestadual);

f) Auxílio aluguel num limite de até 3 (três) meses, após a família deverá ser atendida pela Política de Habitação, podendo ser prorrogado o prazo mediante estudo e justificativa técnica.

§ 4º O auxílio em situação de vulnerabilidade temporária será pago através do sistema de pagamento utilizado pelo Fundo Municipal de Assistência Social, tendo como parâmetro mínimo $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo nacional e como parâmetro máximo 1 (um) salário mínimo nacional, ou ainda mediante o fornecimento direto de alimentos, vestuário e outros produtos domésticos, que se fizerem necessários, obedecidos os parâmetros estipulados, através de parecer da equipe de referência.

Art. 9º A situação de **calamidade pública** é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

§ 1º Poderá ser concedido para atendimento das famílias em situação decorrente de calamidade pública o fornecimento direto de alimentos, vestuário e outros produtos domésticos que se fizerem necessários, obedecidos os parâmetros estipulados, através de parecer social da equipe de referência.

§ 2º São documentos essenciais para o auxílio em situações de calamidade pública, salvo em caso da perda de todos os pertences pessoais:

- I - comprovante de residência;
- II - comprovante de renda de todos os membros familiares;
- III - carteira de identidade e CPF do beneficiado.

Art. 10. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

IV- encaminhar ao CMAS relatório semestral de gestão dos benefícios eventuais.

VI- divulgar o acesso aos benefícios eventuais no município;

Art. 11. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

Parágrafo único. Ao Conselho Municipal de Assistência Social, compete acompanhar:

a) Periodicamente a concessão desses benefícios, no âmbito do município, por meio da lista de concessões fornecidas pelo órgão gestor da Assistência Social;

b) Fiscalizar a responsabilidade do município na efetivação do direito, a destinação de recursos financeiros do município e do estado título de cofinanciamento do custeio dos benefícios eventuais;

Art. 12. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 13. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as em contrário.

Angelina, 11 de dezembro de 2017

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal